

CURRÍCULOS PARA OS CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS: PERSPECTIVAS DE INOVAÇÃO DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL

**Ana Denise Ribeiro Mendonça Maldonado,
UFMS,
denise.ribeiro@ufms.br**

**Antônio Sergio Eduardo,
UFMS,
antonio.sergio@ufms.br**

**Fabio Gomes da Silva,
UFMS,
fabio.g.silva@ufms.br**

**José Soares Ribeiro,
UFMS,
jose.soares@ufms.br**

RESUMO

O presente texto apresenta percurso de investigação sobre os currículos dos cursos de Ciências Contábeis, de forma especial, contempla as políticas curriculares consideradas inovadoras por expressarem as recomendações e exigências da ONU, das entidades internacionais voltadas à educação contábil, das entidades de classe CFC e FBC quanto aos modelos propostos da “Matriz Curricular para Cursos de Ciências Contábeis” e do “Currículo Mundial”. Tal proposição está fundada na busca por informações de como se pensa e propõe disciplinas acadêmicas, particularmente quanto à fundamentação dos aspectos técnicos, aspectos humanistas, éticos e aspectos científicos acerca da eleição e distribuição das disciplinas e dos conhecimentos contábeis necessários a formação profissional do contador. Por meio de pesquisa bibliográfica e de análises dos documentos emitidos pelos órgãos que atuam na educação contábil, o trabalho apresenta conjunto de reflexões decorrentes de discursos que privilegiam essencialmente a formação profissional. Diante disso e, com resultados, ainda que parte da construção argumentativa, inferimos que os modelos propostos intentam formar indivíduos para o mercado de trabalho/empregabilidade, com a ideia do futuro profissional, apto a acompanhar a tendência mundial: mais qualificado e dotado de visão mais ampla e globalizada.

Palavras-chave: Ciências Contábeis; Currículo Mundial; Currículo Nacional;

1 INTRODUÇÃO

Toda empresa, independente do seu tamanho, ou ramo de atividade, precisa do contador. Diante disso, o mercado costuma apresentar-se estável para esse profissional, que depois da aprovação no Exame de Suficiência encontra oportunidades praticamente em qualquer empresa, independente do porte e do tipo societário.

O contador é responsável pelas questões contábeis, financeiras, tributárias, econômicas e patrimoniais da empresa e, em sua rotina, lida com planilhas, relatórios, demonstrativos, contas a pagar e a receber, planejamento tributário, apuração de impostos, consolidação dos relatórios contábeis e outras funções. Ou, ainda, atua no mercado de seguros, controladoria, perícia, auditoria, consultoria, cargo público de áreas afins e docência.

Existem no Brasil 1922¹ cursos de Ciências Contábeis em atividade, sendo 1686 presenciais e 236 a distância (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2020). Para habilitar-se como Contador, os graduados em Ciências Contábeis precisam ser aprovados no Exame de Suficiência, aplicado pelo CFC, cuja média de reprovação nas 18 edições (2011 a 2019), ultrapassa 64% (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2020).

O CFC lutou muito pela instituição legal do Exame de Suficiência porque tinha ciência do nível insatisfatório do ensino de grande número de faculdades de Ciências Contábeis brasileiras. (CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE TOCANTINS, 2011).

Os atuais números da área contábil no Brasil são díspares, a saber: mais de 352.000 contadores em atividade; uma das dez carreiras mais procuradas do Sistema de Seleção Unificada (SISU); o curso figura como quinto no País em números de matrículas. Contudo, comparada com áreas afins demonstra ser a que tem menos doutores e mestres.

Acompanhando esses resultados sobre o ensino das Ciências Contábeis, observa-se um movimento, sustentado pelo alto índice de reprovação, que enfatiza o despreparo dos profissionais para atender às exigências do mercado e, portanto, reforçam a urgência dos cursos reestruturarem seus currículos.

Atualmente os currículos dos cursos de graduação em ciências contábeis brasileiros são elaborados considerando às orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais, bem como das propostas da Matriz Curricular para Cursos de Ciências Contábeis da Fundação Brasileira de Contabilidade e do Currículo Mundial do ISAR/UNCTAD/ONU, além das recomendações das entidades internacionais voltadas à educação contábil.

¹ De acordo com o MEC, 265 cursos ainda não iniciados.

Assim, temos como objetivo deste artigo refletir sobre as formas que a escolarização (formação profissional) nos Cursos de Ciências Contábeis está planejada e evidenciada por meio das prescrições curriculares nos contextos institucionais. Reflexão essa fundada na perspectiva de que os discursos político-curriculares (BOURDIEU, 1989) são a expressão do equilíbrio de interesses e forças, que gravitam sobre o sistema educativo num dado momento, e por meio deles se realizam os fins da educação no ensino escolarizado.

Fins esses determinados pelo movimento da globalização, que solicita ao espaço escolar de formação acadêmica em nível superior o atendimento às exigências mercadológicas do mundo global, e no caso específico da contabilidade, fazendo surgir o movimento mundial para unificação e harmonização das normas internacionais da Contabilidade e da formação do contador. Tais normas de convergência contábil abrangem 166 jurisdições/países (IFRS, 2020), entre eles o Brasil, que por meio das normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), intenta adequar as empresas brasileiras ao cumprimento e a incorporação.

Como consequência, exige-se profissionais mais qualificados e dotados de visão mais ampla e globalizada. Esses profissionais dão forma à “visão internacional da contabilidade”, fruto de preocupação com a formação profissional, apto a acompanhar a tendência global.

Considerada a importância da educação para a formação do indivíduo, aqui em especial para o contador, faz-se pertinente a investigação de como se pensa e propõe disciplinas acadêmicas, particularmente, a fundamentação dos aspectos técnicos (visando atender ao mercado), aspectos humanistas, éticos e aspectos científicos (visando um profissional crítico, formador de opinião, futuro pesquisador e preocupado com a formação continuada).

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Do lugar teórico-metodológico das análises

O encontro das expectativas acerca da inovação da informação contábil, limitada ao debate dos Currículos dos Cursos de Ciências Contábeis, nos limites deste artigo, nos aproxima de diferentes questionamentos, desde a prerrogativa do indivíduo tornar-se flexível e suprir as exigências das empresas modernas na era da globalização das economias mundiais, até essas que impõem que os “aprendizes” tenham bom desenvolvimento de capacidades e habilidades.

Nessa perspectiva, ressaltamos que as capacidades requeridas pelo setor produtivo são exigidas diretamente da atividade educativa e, essa encontra-se determinada pela localização do paradigma do trabalho no âmbito da formação e do desenvolvimento profissional. Isto posto,

nos aproximamos dos currículos como contextos formadores do trabalho abstrato e da economia capitalista, não apenas externamente como uma submissão da educação a esses elementos, mais do que isso, tanto a economia capitalista quanto o trabalho abstrato são produzidos para dentro da esfera educacional e da escola na condição de elementos centrais.

A importância do processo de reestruturação curricular na formação do contador, fundamenta-se em discussão de teor tradicional para se pensar currículo, isto é, delineada por um modelo disciplinar, cujos processos de seleção e distribuição dos conhecimentos se organizam em disciplinas acadêmicas.

De um lado, aproximados do discurso político curricular, que promove, ao mesmo tempo, que prevê, em diferentes tempos e espaços a reorientação curricular, a coexistência de múltiplos referenciais teóricos, epistemológicos e metodológicos, que informam as capacidades interpretativas acerca dos projetos de formação humana, que sustentam a formação profissional.

Para Bourdieu (1989), o teor do discurso político-curricular depende das lutas simbólicas pelo poder simbólico, que ocorrem entre os agentes do campo político. Nessas lutas, os discursos políticos são produzidos conforme as necessidades internas e externas do campo político. Assim, o caráter de verdade ou a legitimidade do discurso político-curricular independe de seu conteúdo, mas de seu poder simbólico, portanto, de sua capacidade de conquistar adeptos e de ser por eles aceito como legítimo.

De outro, orientados por disciplinas voltadas aos aspectos *técnicos* (visando atender ao mercado), humanistas e éticos (visando um profissional mais integrado e atuante na sociedade), e científicos (visando um profissional crítico, formador de opinião, futuro pesquisador e preocupado com a formação continuada). A par disso, ampliadas, dentro do campo curricular, como parte de

[...] projetos com itinerários de formação, projetos culturais com identidades no tempo histórico e no espaço social da sua construção; projetos ideológicos que ocorrem no contexto de uma dada organização; e por outro, ligado à distribuição de conhecimento, a partir da operação da lógica de escolarização e escolaridade (im) posta pela sociedade, para a qual a escola é um lugar privilegiado (PACHECO, 2005, p. 8).

Tal retrato é possível somente se fundado na teoria crítica do currículo, uma vez que se apreende o currículo como texto, discurso, documento, espaço, campo, território, lugar que se organiza por meio de relações de poder. Relações de poder que expressam políticas de identidade, significado e resistência.

Qualquer análise das maneiras pelas quais o poder desigual é reproduzido e discutido na sociedade não pode deixar de levar em conta a educação. As instituições de ensino representam um dos maiores mecanismos pelos quais o

poder se mantém ou, então, é enfrentado (APPLE, 2006, p. 7).

No tocante ao ensino superior, as discussões curriculares norteiam-se pela formação da especialização em uma pequena área do conhecimento (profissionalização), contudo defendida em meio a ideia de uma formação mais ampla, mais complexa, mais cultural, preocupada com a dimensão ética, afetiva e emocional.

Assim, no escopo das reformas, dos conteúdos e das perspectivas de inovação, as escolhas institucionais foram se ampliando, respondendo temporariamente aos confrontos estruturais apresentados para as mudanças nas composições curriculares. Os diferentes grupos de interesse encontraram condições de exercer influência na gestão desse processo, ao mesmo tempo, que assumiram uma configuração pluralista, em função da forte competição entre as práticas emergentes e a fragmentação do poder.

2.2 Das Entidades que militam sobre a educação contábil

A Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento², apresenta-se na perspectiva de aumentar ao máximo as oportunidades de comércio, investimento e progresso dos países em desenvolvimento e, preocupada com a formação do futuro do profissional contábil apto a acompanhar a tendência global, edita modelos de Currículo Mundial (CM). Modelos esses, que são indicados para adoção como parâmetros em instituições de ensino em Ciências Contábeis, alimentando debates para a construção de suas estruturas curriculares desde sua primeira edição em 1999.

Adoção, quando efetuada, ancorada em relatórios produzidos pelo ISAR/UNCTAD, que “evidenciam as competências que os profissionais de Ciências Contábeis deverão possuir ao entrar no mercado de trabalho” (OTT; PIRES, 2010, p. 28-29), próximos aos debates sobre currículos que respondam a realidade.

Em consonância com esses debates, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC)³, por meio da Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC)⁴, lança a segunda edição da “Proposta Nacional de Conteúdo para o Curso de Ciências Contábeis” (2009). Essa proposta visa formular uma matriz curricular nacional, que possibilite minimizar as divergências decorrentes da

² Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (A UNCTAD) é o órgão responsável no sistema da ONU pela pesquisa e debate de temas contábeis, através de grupo de trabalho ISAR.

³ Órgão responsável pela normalização, registro e fiscalização do exercício profissional dos contadores no Brasil.

⁴ A Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC) tem como objetivo principal fomentar o desenvolvimento da ciência contábil por meio de ações de fortalecimento da profissão e do profissional, dentre elas: promover e subsidiar programas de ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão; estimular a pesquisa e a produção científica; exercer e divulgar atividades para o desenvolvimento técnico, científico, cultural e de promoção da contabilidade.

diversidade de matrizes existentes nos cursos superiores de Ciências Contábeis de todo país, indo ao encontro das adequações do mercado global (CARNEIRO, 2009).

Esse ambiente de internacionalização, imprime a ideia de evolução em atendimento às exigências de atualizações e, diante disso, a FBC editou o livro “Matriz Curricular para Cursos de Ciências Contábeis - Uma proposta da Fundação Brasileira de Contabilidade”. Este, propôs o resgate de conteúdos publicados em conjunto com o CFC (2008 e 2009), mantendo a determinação de diminuição das divergências resultantes das diversas matrizes existentes.

Acresce-se ao debate as normas do Conselho Nacional de Educação/MEC, no caso específico a Resolução CNE/CES nº 10/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, dando outras providências.

Ainda, com relação à educação contábil, temos entidades em nível internacional que editam normas e padrões de qualidade quanto às competências e habilidades que o contador deve possuir, dentre elas a IFAC, que por meio do International Accounting Education Standards Board (IAESB⁵), editou em 2019, as habilidades profissionais do contador, contidas no Handbook of International Education Pronouncements/2019⁶; e a American Institute of Certified Public Accountants (AICPA⁷) ao desenvolver o Core Competency Framework⁸.

Contudo, depreendemos dessas proposições um discurso político-curricular que, de um lado, elabora uma análise de que as instituições de ensino superior brasileiras não têm formado profissionais com o perfil esperado pelo Conselho da Classe; de outro, acentua a discussão sobre a inadequação dos atuais currículos de formação a partir de dados informados acerca das edições do Exame de Suficiência, cuja média de reprovação nas 18 edições (2011 a 2019), ultrapassa 64%. Na segunda edição de 2017 a reprovação chegou a 72,98% e em 2019, 66,36% em nível de Brasil (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2020).

⁵ O objetivo da IAESB foi desenvolver normas/padrões internacionais de educação de alta qualidade que aprimorem a competência de aspirantes a contadores profissionais e contadores profissionais, fortalecendo a profissão contábil em nível mundial e contribuindo para o fortalecimento da confiança pública. O Brasil é membro fundador do IFAC desde 1997.

⁶ O manual inclui a Estrutura para Padrões/Normas Internacionais de Educação para Contadores Profissionais e Aspirantes a Contadores; o Glossário de Termos da IAESB; e as Normas Internacionais de Educação (IES 1–6) que tratam da entrada em programas de educação profissional em contabilidade e desenvolvimento profissional inicial do aspirante a contador profissional, bem como IES 7-8, que tratam do desenvolvimento profissional contínuo – educação continuada. Com a publicação do manual em 2019 o IAESB foi extinto.

⁷ Associação profissional nacional dos Contadores Públicos Certificados dos Estados Unidos, com atuação em negócios, indústria, governo e educação, estudantes e associados estrangeiros. Estabelece padrões éticos para os profissionais e normas de auditoria para companhias privadas, governos federal, estaduais e locais e organizações sem fins lucrativos.

⁸ O Core Competency Framework enumera as habilidades essenciais ao contador. Foi publicado pela primeira vez em 1999.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente texto apresenta percurso de investigação sobre os currículos dos cursos de Ciências Contábeis. Para tanto, buscou-se detalhar as propostas de currículo mundial e nacional para o curso de graduação em ciências contábeis de forma a identificar e mapear as indicações/recomendações de ambos os documentos; além de levantar as recomendações/orientações de organismos que atuam na educação contábil.

Para responder ao objetivo proposto nos ancoramos em técnicas da pesquisa qualitativa, a saber:

Objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de *descrever*, *compreender*, *explicar*, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências. (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 32).

O primeiro momento da pesquisa consistiu no levantamento de fontes bibliográficas em livros, periódicos, anais, teses e dissertações visando compor o referencial teórico.

Na sequência, por meio de consulta no endereço eletrônico das instituições que militam sobre a educação contábil: CFC; FBC; IBRACON; IFAC; MEC; IAESB; e, UNCTAD analisamos os documentos que tratavam do currículo contábil.

Outros trabalhos foram selecionados e utilizados como fonte deste artigo. Ressaltamos os clássicos: Sérgio de Iudícibus, Eliseu Martins e Hilário Franco; Marcos Laffin; Ivam Ricardo Peleias; Maria Elisabeth Pereira Kraemer; Pierre Bourdieu, Pacheco e Michael Young.

4 DISCUSSÃO

2.1 Proposta de Currículo Mundial da ONU/UNCTAD/ISAR

Com o fenômeno da globalização dos mercados econômicos desenha-se o cenário em que a contabilidade se vê obrigada a adequar seus conceitos/princípios/normas/estruturas em atenção a necessidade de convergência e uniformidade de normas contábeis em nível mundial. Isto posto, ocorre o fortalecimento e, de acordo com Iudícibus (2017), a perpetuação das entidades que regulam sobre princípios e normas contábeis, públicas ou privadas, como a FASB e IASB. Tais mudanças

estão materialmente fincadas no interesse de multinacionais e de investidores globais a fim de terem, como base decisória para seus investimentos, um

modelo contábil razoavelmente harmônico em grande parte do mundo, pelo menos (IUDÍCIBUS; MARTINS, 2015, p.19).

Como resultado do atendimento às exigências mercadológicas do mundo global, surgiu movimento mundial para unificação e harmonização das normas internacionais de contabilidade, que abrangeu mais de 144 países⁹, entre eles o Brasil (IBRACON, 2017).

Assim, editou-se as Normas Internacionais de Contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), definidas pelo International Accounting Standards Board (IASB¹⁰), permitindo que as demonstrações contábeis/financeiras das empresas fossem uniformemente compreendidas por todos os seus potenciais clientes e parceiros, independente do país onde estivessem situadas. Como efeito, pelo menos no que diz respeito aos negócios, as fronteiras entre os países ficavam cada vez mais tênues e o padrão único facilitava as análises por parte dos investidores estrangeiros.

No Brasil, essas normas internacionais começaram a ser adotadas em 2008 e o processo de convergência da contabilidade brasileira - ficou sob a responsabilidade do CPC¹¹ (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) que desde 2007 vem emitindo pronunciamentos com base em documentos aprovados por aquele órgão, obrigando as empresas brasileiras o seu cumprimento e a sua incorporação.

Nesse contexto, de internacionalização das economias e harmonização da contabilidade, a educação contábil desempenha importante papel no desenvolvimento profissional dos contadores e, ainda, envolve-se com a melhoria da formação humana e social, bem como de suas competências profissionais.

Diante do processo de unificação das normas da contabilidade em nível mundial e como estratégia para alcançar o fortalecimento, a excelência e a harmonização do ensino da ciência contábil, após várias discussões sobre a educação contábil em âmbito mundial, o Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting (ISAR), da United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD) pertencente à United Nations Organization (ONU), propôs em 1999, um Currículo Mundial (CM). Currículo esse com a finalidade de servir de modelo, guia, qualificação mínima, referência (benchmark) e base para harmonização e o fortalecimento da profissão em perspectiva mundial, capaz de oferecer seus serviços através das fronteiras nacionais

⁹ Dados de dez/2017. Atualmente as normas editadas pelo IASB abrangem 166 jurisdições/países (IFRS, 2020).

¹⁰ O International Accounting Standards Board – IASB. Organização internacional sem fins lucrativos que publica e atualiza as International Financial Reporting Standards – IFRS (Normas Internacionais de Contabilidade).

¹¹ O CPC tem como objetivo a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais.

(ERFURTH; DOMINGUES, 2013).

Assim, decorrente desse processo de internacionalização econômica, tal proposição transformou o cenário mundial dos negócios, a linguagem contábil, as relações empresariais e, conseqüentemente, o ensino contábil e o perfil do contador, exigindo profissionais qualificados e comprometidos com visão global e capacidade de oferecer seu serviço em diferentes países. Em outras palavras, as atividades dos contadores passaram a ter maior valor agregado, incluindo planejamento estratégico, melhoria de processos e atendimento ao cliente.

O CM ao propor a harmonização do ensino contábil, constitui-se em guia para as IES iniciarem o processo de adaptação de seus currículos. Para tanto, sugere a inclusão de módulos/componentes de disciplinas visando garantir mais qualidade ao ensino, ao mesmo tempo, que recomenda conteúdos relativos à contabilidade em acordo com a International Accounting Standards (IAS)¹² e a International Financial Reporting Standards (IFRS).

Contudo, não define programas das disciplinas, cargas horárias e duração do curso, mantendo-as sob a responsabilidade das instituições de ensino, que, ainda, devem adaptar o conteúdo às particularidades nacionais.

Para Erfurth e Domingues (2013, p. 49),

O currículo mundial visa uniformizar o ensino de contabilidade no mundo com a finalidade de permitir ao futuro contador desempenhar suas funções em qualquer lugar do mundo. Essa harmonização da educação contábil busca reciprocidade no exercício da profissão contábil e reduzir diferenças das informações prestadas por esses profissionais, para dessa forma, minimizar os custos das análises dessas informações contábeis, e assim, incentivar o comércio internacional.

Dessa forma, o propósito do CM ancora-se na descrição para a comunidade internacional das áreas técnicas que o indivíduo deve dominar para se tornar contador profissional (UNCTAD, 2011, p. 1).

A primeira versão do CM resultou da 16ª reunião da UNCTAD, na Suíça em 1999, ocasião em que foram aprovados dois importantes documentos para a formação do profissional da contabilidade: o TD/B/COM.2/ISAR/5 - Guideline for a Global Accounting Curriculum and other Qualification Requirements, e o TD/B/COM.2/ISAR/6 - Global Curriculum for the Professional Education of Professional Accountants.

Cabe destacar, que contou com a colaboração de um grupo consultivo informal, com representantes de várias organizações profissionais de todo o mundo. Esse grupo criado pela UNCTAD se reuniu cinco vezes durante os anos de 1995 a 1998 para formular o currículo

¹² As IAS foram emitidas até o ano de 2000, sendo substituídas pelas IFRS a partir de 2001.

modelo, bem como para erigir recomendações sobre o sistema de formação profissional. Durante esse período, a UNCTAD estudou os currículos publicados, encontrando aqueles que já atendiam as diretrizes da IFAC no IEG¹³ nº 9 e com detalhamento suficiente para serem úteis no desenvolvimento do currículo modelo. Diante disso, após revisão completa de sete currículos, conhecidos por sua excelente qualidade, publicou-se o CM (UNCTAD, 1999).

Em 2003, na 20ª Sessão do ISAR, em Genebra, Suíça, o CM foi revisado e o documento emitido nessa reunião denominou-se de Revised Model Accounting Curriculum.

No modelo revisado, os conhecimentos que o estudante deve dominar para ser contador profissional está dividido em quatro grupos, ou blocos. Houve o acréscimo de um bloco em relação ao modelo anterior (Conhecimento Avançado em Contabilidade, Finanças e assuntos afins - Nível Optativo) e modificações de alguns conteúdos dos demais blocos.

Por meio de pesquisa no *site* do UNCTAD, a motivação para a revisão do CM deu-se pela perda de confiança nos conselhos de administração corporativos, diretores executivos, analistas financeiros, auditores e contadores decorrentes do desaparecimento nos anos de 2001 e 2002 de megacorporações e, juntamente com elas, a economia vitalícia de muitos investidores e funcionários, causando desfazimento da riqueza financeira dos participantes do mercado.

Nos últimos 20 anos o ISAR vem promovendo melhorias na divulgação e transparência das empresas, dessa forma apreendendo a necessidade de rever a proposta anterior como forma de contribuir para o fortalecimento da profissão contábil, um dos pré-requisitos para restaurar a confiança dos investidores (UNCTAD, 2003).

Nova publicação da proposta de Modelo de Currículo Contábil, encontrada na página eletrônica da UNCTAD, ocorre em 2011, sem alteração na estrutura dos blocos de conhecimentos, mas incluindo mais uma advertência a ser considerada para a adoção do modelo proposto em relação ao modelo de 2003.

A referida proposta deve ser analisada tendo em mente cinco advertências (UNCTAD, 2011, p. 2-6). A primeira advertência, informa sua destinação à educação formal de contadores profissionais no mais alto nível em todos os países do mundo, já que muitas IES não são capazes ou não estão preparadas para adotar o CM. Certas condições precisam existir antes que a instituição inicie o programa de implementação.

A segunda, destaca que o detalhamento do currículo servindo como guia para a

¹³ International Education Guideline (IEG). Guia que estabelece diretrizes a serem seguidas para a formação profissional teórica e prática necessárias para que os contadores se tornem qualificados a exercer sua profissão de maneira eficaz e responsável.

formação do contador profissional, o localiza diferentemente do conhecimento geral básico, das habilidades e da experiência prática de que os alunos também precisam possuir.

Na terceira, ao identificarmos as várias abordagens para a educação contábil global, nos deparamos com a “abordagem de entrada” a prescritiva e específica que os contadores profissionais precisam de formação geral e técnica além de desenvolverem as habilidades necessárias; e a “abordagem de saída” baseada em competências, definidas como a capacidade de executar as funções de acordo com os padrões esperados, consideradas as “saídas” ou os “resultados” para a formação geral da educação necessária para alcançar esses "resultados".

A abordagem do CM Revisado é tomada como mais tradicional, isto é, com o currículo voltado para o ensino de contabilidade focado na formação geral e técnica (abordagem de entrada), em vez de seguir a abordagem baseada em competências, provavelmente por ser mais facilmente implementado do que o sistema baseado em competências.

Considerando o currículo detalhado como ponto de partida para o país que deseja harmonizar seu sistema educacional para atender aos requisitos globais, a quarta advertência, reporta-se a abordagem de entrada, na qual o CM foi construído, conciliando com a abordagem baseada em competências no processo de implementação, se desejado.

Para tanto, a instituição/país precisa iniciar a implementação do processo com os seguintes passos: a) determinar o perfil dos egressos; b) desenvolver a missão institucional; c) examinar o conteúdo dos cursos existentes em comparação ao CM; d) desenvolver a matriz para integrar as habilidades necessárias ao conteúdo técnico e profissional do CM; e) incorporar metodologias apropriadas de avaliação; f) converter os módulos/blocos do CM em disciplinas e/ou programas de treinamento, decidir sobre a identificação/nomenclatura e a sequência das disciplinas/curso; g) desenvolver os programas correspondentes e determinar o tempo a ser gasto em cada disciplina/curso; e, finalmente, h) avaliar os resultados.

A quinta advertência, delinea-se na tomada do CM como documento dinâmico, que deve ser alterado conforme necessário para garantir a conformidade com as International Education Standards emitidas pela IAESB/IFAC¹⁴ e refletir novos desenvolvimentos em questões profissionais, técnicas e econômicas, bem como atualizações em tecnologia.

A instituição que adotar o CM deve materializar os três blocos e no mínimo três disciplinas entre os sete do bloco nível optativo/eletivos (avançados), para tanto deve levar em

¹⁴ Conselho Internacional de Padrões de Educação Contábil da IFAC – emite normas sobre padrões de qualidade para formação de contadores e sobre educação continuada para profissionais formados.

conta: 1) a missão e os objetivos da instituição; 2) o ambiente em que atua; e 3) as necessidades dos alunos de se especializar em determinada área da contabilidade (UNCTAD, 2011, p. 46).

Os blocos/áreas de conhecimento apresentam módulos específicos para o estudo, ao todo 24 módulos. Cada módulo traz os objetivos; o que o aluno deva ser capaz de realizar com a conclusão do mesmo; e ainda aponta os conteúdos necessários, conforme quadro 1.

Quadro 1 - Blocos de Conhecimento e Módulos Definidos pelo ISAR/UNCTAD

| 1 Conhecimento Administrativo e Organizacional | 2 Tecnologia de Informação | 3 Conhecimentos Contábeis, Financeiros e assuntos afins | 4 Conhecimento Avançado em Contab., Finanças e assuntos afins (optativas) |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1.1 Economia 1.2 Métodos quantitativos e estatística para negócios 1.3 Políticas gerais de negócios; estruturas organizacionais básicas e comportamento organizacional 1.4 Funções e práticas administrativas, e gestão de operações 1.5 Marketing/comercialização; 1.6 Mercados/Negócios internacionais | 2.1 Tecnologia de informação; | 3.1 Contabilidade básica; 3.2 Contabilidade financeira; 3.3 Contabilidade avançada; 3.4 Contabilidade gerencial – conceitos básicos; 3.5 Contabilidade tributária; 3.6 Sistemas de informações contábeis; 3.7 Direito comercial; 3.8 Fundamentos de auditoria; 3.9 Administração financeira; 3.10 Integração dos conhecimentos | 4.1 Demonstrações financeiras avançadas e Contabilidade industrial; 4.2 Contabilidade gerencial avançada; 4.3 Contabilidade tributária avançada; 4.4 Direito empresarial avançado; 4.5 Auditoria avançada; 4.6 Administração financeira avançada; 4.7 Estágio Contábil |

Fonte: Os Autores com base na UNCTAD (2011).

Quanto aos conteúdos programáticos, Campo e Lemes (2011, p. 10) ao realizarem análise comparativa entre o CM proposto pela ONU/UNCTAD/ISAR e o currículo dos cursos de ciências contábeis das universidades federais da região sudeste, identificam 659 (seiscentos e cinquenta e nove) propostas de conteúdos obrigatórios, entre os três primeiros blocos, e 157 (cento e cinquenta e sete) propostas de conteúdos no quarto bloco, o optativo.

Registra-se que a proposta do CM configura apenas em um dos componentes do

programa¹⁵ que visa criar referência para a qualificação contábil, que se seguidos, permitem a harmonização global dos requisitos para a qualificação profissional, fechando lacunas nos sistemas nacionais de ensino, reduzindo custo de acordos de reconhecimento de mútuo e aumentaria o comércio transfronteiriço em serviços de contabilidade (UNCTAD, 2011).

Em relação aos componentes do currículo propostos pela ONU/UNCTAD/ISAR, Laffin (2015, p.17), aponta o caráter pragmático da formação voltada às operações funcionais do sistema produtivo, que “acaba por negar uma formação crítica e sistêmica da realidade histórica”. Formação essa, restrita ao fazer como resposta à demanda da produção, que acaba por não facultar ao estudante a apropriação crítica e emancipatória das relações de trabalho, conhecimento e sociedade.

Ressaltamos que tanto na primeira versão do CM em 1999, como na segunda edição em 2003 e na atualização de 2011, os editores alertam tratar-se apenas de módulos (conteúdos) técnicos para a formação de contadores e que os conhecimentos gerais e habilidades necessárias para que o aluno se torne contador profissional não estão contempladas na proposta do CM.

2.2 Propostas do Conselho Federal de Contabilidade e da Fundação Brasileira de Contabilidade

Além das Diretrizes Curriculares para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis do Ministério da Educação e do modelo de Currículo Mundial proposto pela ONU, no Brasil o Conselho Federal de Contabilidade e a Fundação Brasileira de Contabilidade propõem um modelo de currículo nacional.

A ideia precípua do Sistema CFC/CRCs ao instituir uma proposta curricular, foi apresentar à sociedade contribuição na atualização e na qualidade do ensino da contabilidade brasileira, indicando disciplinas e conteúdos que refletem as disposições atuais e que podem satisfazer as necessidades do profissional de contabilidade na era do conhecimento; bem como atender às constantes solicitações sobre os conteúdos que devem compor a formação dos profissionais da área contábil e o aprimoramento do ensino superior de Ciências Contábeis e assim, minimizar os problemas decorrentes das inúmeras matrizes existentes nos cursos de graduação em ciências contábeis (CARNEIRO, et. al., 2008, p. 8-12).

Ressalta-se que a primeira versão de 2008 foi orientada para atender à Resolução

¹⁵ O CM está estruturado para a formação profissional. Os demais componentes do programa para a qualificação dos contadores são: conhecimentos e habilidades gerais; exames profissionais (no Brasil temos o exame de suficiência); comprovação de experiência profissional; educação continuada; e sistema de certificação.

CNE/CES nº. 10/04, de 10/12/2004, porém, com as mudanças ocorridas no cenário da contabilidade brasileira, especialmente quanto à adesão às normas internacionais, cujo marco foi o ano de 2008, as quais não estavam contempladas na proposta original, se fez necessário a reestruturação, resultando na segunda edição, a de 2009.

As entidades brasileiras entendem-se inseridas em um ambiente em permanente evolução e seguindo a tendência global sobre a exigência de constante atualização e agregação de novos conhecimentos, aliadas a internacionalização da contabilidade e às discussões operadas pelo CPC, em 2017, lançou o livro “Matriz Curricular para Cursos de Ciências Contábeis - Uma proposta da Fundação Brasileira de Contabilidade”.

Apresentamos na sequência uma comparação das disciplinas que estão contempladas nas três versões do currículo nacional. Os quadros seguintes evidenciam a organização dessas estruturas envolvendo os componentes curriculares, divididos por eixos temáticos, com as respectivas cargas horárias.

Quadro 2 - Comparação dos Conteúdos de Formação Básica das Propostas Nacionais

| Cód. | Título | Carga Horária | | |
|------------------------------------|-------------------------------------------|---------------|------------|------------|
| | | 2008 | 2009 | 2017 |
| CONTEÚDO DE FORMAÇÃO BÁSICA | | | | |
| 1001 | Matemática | 60 | 60 | 60 |
| 1002 | Métodos Quantitativos Aplicados | 90 | 60 | 60 |
| 1003 | Matemática Financeira | 90 | 90 | 90 |
| 1004 | Comunicação Empresarial | 60 | 60 | 60 |
| 1005 | Economia | 120 | 90 | - |
| 1005 | Microeconomia | - | - | 60 |
| 1006 | Macroeconomia | - | - | 60 |
| 1007 | Administração | 60 | 60 | 60 |
| 1008 | Instituições de Direito Público e Privado | 60 | 60 | 60 |
| 1009 | Direito Comercial e Legislação Societária | 60 | 60 | 60 |
| 1010 | Direito Trabalhista e Legislação Social | 60 | 60 | 60 |
| 1011 | Direito e Legislação Tributária | 120 | 90 | 90 |
| 1012 | Ética e Legislação Profissional | 60 | 60 | 60 |
| 1012 | Filosofia da Ciência | 30 | 30 | - |
| 1013 | Metodologia do Trabalho Científico | 30 | 30 | 30 |
| 1014 | Metodologia da Pesquisa | - | - | 60 |
| 1014/15 | Psicologia Organizacional | 30 | 30 | 30 |
| 1015 | Tecnologia da Informação | 60 | 60 | - |
| SUBTOTAL | | 990 | 900 | 900 |

Fonte: Os Autores com base em CARNEIRO et. al., (2008, p. 13; 2009, p. 19 e 2017, p. 52)

Quadro 3 - Comparação dos Conteúdos de Formação Profissional das Propostas Nacionais

| Cód. | Título | Carga Horária | | |
|---------------------------------------|------------------------------------------|---------------|--------------|--------------|
| | | 2008 | 2009 | 2017 |
| CONTEÚDO FORMAÇÃO PROFISSIONAL | | | | |
| 2001 | Contabilidade Introdutória | - | - | 120 |
| 2001 | Contabilidade Básica | 120 | 120 | - |
| 2002 | Contabilidade Intermediária | - | - | 120 |
| 2002 | Estrutura das Demonstrações Contábeis | 90 | 90 | - |
| 2003/06 | Contabilidade Avançada | 90 | 120 | 120 |
| 2003 | Contabilidade Societária | 60 | 120 | - |
| 2004 | Teoria da Contabilidade | - | - | 60 |
| 2004 | Teoria Geral da Contabilidade | 60 | 60 | - |
| 2005 | Perícia, Avaliação e Arbitragem | 60 | 60 | 60 |
| 2006 | Contabilidade de Custos | 60 | 60 | 60 |
| 2007 | Gestão Estratégica de Custos | - | - | 60 |
| 2008 | Apuração e Análise de Custos | 60 | 60 | - |
| 2008/09 | Auditoria | 90 | 90 | 120 |
| 2009/10 | Controladoria | 90 | 60 | 60 |
| 2010 | Finanças Públicas | - | - | 60 |
| 2011 | Gestão de Finanças Públicas | - | 60 | - |
| 2011/12 | Contabilidade Aplicada ao Setor Público | - | 120 | 120 |
| 2011 | Contabilidade e Orçamento Público | 90 | - | - |
| 2012/13 | Planejamento e Contabilidade Tributária | 60 | 60 | 60 |
| 2013 | Planejamento e Orçamento Empresarial | - | - | 60 |
| 2013/14 | Contabilidade Internacional | 60 | 60 | - |
| 2014/15 | Responsabilidade Social | 60 | 60 | - |
| 2015/16 | Análise de Proj. e Orçamento Empresarial | 60 | 60 | - |
| 2014/16/1 | Análise das Demonstrações Contábeis | 60 | 60 | 60 |
| 2015/17/1 | Empreendedorismo | 60 | 60 | 60 |
| 2016/18/1 | Mercado de Capitais | 60 | 60 | 60 |
| 2017 | Finanças Corporativas | - | - | 60 |
| 2019/20 | Finanças Empresariais | 60 | 60 | - |
| 2018/20/2 | Sistemas de Informação Gerencial | 60 | 60 | 60 |
| | Optativa | 60 | 60 | 60 |
| | Optativa | 60 | 60 | 60 |
| | Optativa | 60 | 60 | 60 |
| | Optativa | - | - | 60 |
| SUBTOTAL | | 1.590 | 1.680 | 1.620 |

Fonte: Os Autores com base em CARNEIRO et. al., (2008, p. 14; 2009, p. 20 e 2017, p. 52-53)

Quadro 4 - Comparação dos Conteúdos de Formação Teórico-Prático das Propostas Nacionais

| Cód. | Título | Carga Horária | | |
|-----------------------------------|-----------------------------------|---------------|------------|------------|
| | | 2008 | 2009 | 2017 |
| CONTEÚDO FORMAÇÃO TEÓRICO- | | 2008 | 2009 | 2017 |
| 3001 | Estágio Supervisionado | 180 | - | 240 |
| 3001 | Estágio de Iniciação Profissional | - | 180 | - |
| 3002 | Metodologia de Pesquisa | 60 | 60 | - |
| 3002/03 | Trabalho de Conclusão de Curso | 120 | 120 | 120 |
| | Atividades Complementares | 60 | 60 | 120 |
| SUBTOTAL | | 420 | 420 | 480 |

Fonte: Os Autores com base em CARNEIRO et. al., (2008, p. 14; 2009, p. 21 e 2017, p. 53)

Quadro 5 - Comparação dos Conteúdos de Disciplinas Optativas das Propostas Nacionais

| Cód. | Título | Carga Horária | | |
|-------------------------------------------|----------------------------------------------------|---------------|----------|-----------|
| | | 2008 (*) | 2009 (*) | 2017 (**) |
| COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS | | 2008 (*) | 2009 (*) | 2017 (**) |
| 4001 | Contabilidade Aplicada às Instituições Financeiras | 60 | 60 | 60 |
| 4002 | Contabilidade do Terceiro Setor | - | - | 60 |
| 4002 | Contab. Aplicada às Entidades de Interesse Social | 60 | 60 | - |
| 4003 | Contabilidade Aplicada ao Agronegócio | 60 | 60 | 60 |
| 4004 | Contabilidade Nacional | 60 | 60 | 60 |
| 4005 | Economia Brasileira | 60 | 60 | - |
| 4005/0 | Governança Corporativa | - | 60 | 60 |
| 4007 | Subvenções, Assist. Gov. Contratos de Concessões | - | 60 | - |
| 4006 | Filosofia da Ciência | - | - | 30 |
| 4007 | Tecnologia da Informação | - | - | 60 |
| 4008 | Cenário Contábil Internacional | - | - | 60 |
| 4009 | Responsabilidade Socioambiental | - | - | 60 |
| 4010 | Contabilidade p/ Pequenas e Médias Empresas | - | - | 60 |
| 4011 | Contabilidade p/ Construção Civil e Imobiliária | - | - | 60 |
| | * Mínimo de 180 horas | | | |
| | ** Mínimo de 240 horas | | | |

Fonte: Os Autores com base em CARNEIRO et. al., (2008, p. 15; 2009, p. 21 e 2017, p. 53-54)

Com relação ao conteúdo de disciplinas optativas, os autores reforçam que outros títulos poderão ser escolhidos e inseridos na matriz curricular, tais como contabilidade para segmentos específicos: cooperativas, seguradoras, consórcios, hospitais, hotéis, entidades desportivas (CARNEIRO et. al., 2017, p. 54; 2009, p. 21).

Da análise das disciplinas constantes nas propostas do CFC/FBC, apresentadas nos quadros anteriores, depreendemos as seguintes alterações:

- No conteúdo de formação básica a disciplina de Economia foi desmembrada em Microeconomia e Macroeconomia; as disciplinas Filosofia da Ciência e TI foram

- suprimidas da formação básica passando a compor os componentes optativos; e a disciplina Metodologia de Pesquisa que nas duas primeiras edições fazia parte da formação teórico-prática, passou para formação básica;
- b) No conteúdo de formação profissional nas propostas de 2008 e 2009 as disciplinas do eixo central Contabilidade Básica, Estruturas das Demonstrações Contábeis, Contabilidade Avançada e Contabilidade Societária foram reorganizadas e seus conteúdos programáticos distribuídos nas disciplinas: Contabilidade Introdutória» Contabilidade Intermediária» Contabilidade Avançada. Na segunda edição houve a inclusão de conteúdos relacionados com a harmonização contábil, mas na última edição apenas os conteúdos foram realocados nas três disciplinas eixo;
 - c) Ainda no núcleo de formação básica foi suprimido o termo Geral da disciplina Teoria Geral da Contabilidade. A disciplina Apuração e Análise de Custo passou a se chamar Gestão Estratégica de Custos. Ambas sem alterações em seus conteúdos. A Contabilidade Internacional cedeu lugar a disciplina Cenário Contábil Internacional, com algumas alterações no conteúdo. O nome da disciplina Responsabilidade Social foi alterado para Responsabilidade Socioambiental, sem nenhuma mudança no conteúdo programático. Com relação à carga horária dos conteúdos da contabilidade pública, houve acréscimo de 90h em 2009, mantido em 2017, e atualizações de assuntos. A disciplina Análise de Projetos e Orçamento Empresarial passou a se chamar Planejamento e Orçamento Empresarial. A disciplina Finanças Empresariais passou para Finanças corporativas e a única inclusão foi Técnicas de avaliação de empresas. E inclusão de uma optativa;
 - d) Com relação aos Componentes Curriculares Optativos, houve supressão das disciplinas: Economia Brasileira e Subvenções, Assistências Gov. e Contratos de Concessões. Seus conteúdos não foram integrados a outras disciplinas. A disciplina Contabilidade Aplicada às Entidades de Interesse Social passou a chamar-se Contabilidade do Terceiro Setor e seu conteúdo programático foi atualizado, incluindo assuntos não contemplados nas versões anteriores. As disciplinas: Filosofia da Ciência, TI, Cenário Contábil Internacional e Responsabilidade Socioambiental basicamente foram realocadas de outros blocos. Como inovação desse componente optativo, temos as duas sugestões: Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e Contabilidade para Construção Civil e Imobiliária.

Da primeira versão para a de 2017, entendemos como retrocesso a classificação das disciplinas Filosofia da Ciência e Tecnologia da Informação como disciplinas optativas, anteriormente eram de formação básica; e a disciplina Responsabilidade Social, antes de formação profissional, também para disciplina optativa com o nome de Responsabilidade Socioambiental.

Registra-se que desde a proposta original o objetivo da disciplina Filosofia da Ciência é: “desenvolver o raciocínio lógico a partir da consciência histórico-filosófica” Carneiro, et. al., (2008, p. 40; 2009, p. 52; 2017, p. 154); e o da Responsabilidade Social:

Focar a responsabilidade social e ambiental nas organizações, destacando o balanço social como instrumento de gestão capaz de demonstrar o grau de comprometimento das organizações com projetos e ações sociais (CARNEIRO, et. al., 2008, p. 80).

Na classificação proposta pela ISAR/UNCTAD/ONU dos conhecimentos que o contador deve dominar, o assunto “Tecnologia da Informação” tem um bloco específico, na estrutura da FBC/CFC a TI é uma disciplina optativa e somente outra disciplina a Sistema de Informações Gerenciais, trata de assuntos relacionados com tecnologia da informação.

A ISAR/UNCTAD/ONU, seguindo o IFAC, recomenda que o estudo da tecnologia da informação deva ser integrado, tanto quanto possível, ao estudo dos outros módulos de formação profissional, tamanha importância dada ao tema. Considerando que na atualidade a contabilidade está totalmente digital, entendemos que esse assunto deva ser tratado com mais ênfase nos currículos dos cursos brasileiros.

Como destacado anteriormente, o modelo de CM está inserido num programa maior da UNCTAD sobre diretrizes globais mínimas para a educação de contadores. Esclarece que o conhecimento geral e o conhecimento para formação profissional devem ser adquiridos antes da qualificação como contador.

Com relação a formação geral, segue as diretrizes do IFAC que não recomenda nenhum programa de conhecimento geral específico, em virtude de vários aspectos culturais, sociológicos e fatores ambientais. A formação geral deve ser decidido por cada país. Contudo, alinha-se com as orientação da IFAC no IEG nº 9, o qual afirma que uma educação de base ampla deve fornecer aos contadores: compreensão do fluxo de idéias e eventos da história; as diferentes culturas; conhecimento básico do comportamento humano; conhecimento das questões econômicas, políticas sociais no mundo e seus contrastes; experiência em investigação e avaliação de dados quantitativos; a capacidade de conduzir investigação, realizar pensamento lógico abstrato e entender o pensamento crítico; apreciação da arte, literatura e ciência; consciência dos valores pessoais e sociais e do processo de investigação e julgamento (UNCTAD, 1999, p. 6-7).

5 CONCLUSÃO

Para a elaboração dos currículos dos cursos de graduação em ciências contábeis brasileiros, têm-se como indicação/referência as DCNs, bem como as propostas da Matriz Curricular para Cursos de Ciências Contábeis da Fundação Brasileira de Contabilidade e do Currículo Mundial do ISAR/UNCTAD/ONU, além das recomendações do IFAC e da AICPA.

Percebemos que nas diretrizes e/ou propostas de currículos apresentadas, sejam

mundiais ou locais, a questão central funda-se no atendimento ao mercado corporativo global, principalmente ao poder econômico, o que concorre com a formação humana, social e científica.

Nas versões das propostas de currículo nacional não vislumbramos a preocupação com o conhecimento geral defendida pelos organismos internacionais. Há de se destacar que várias ações têm sido implementadas pelo CFC sobre a educação continuada e a melhoria das qualificações dos profissionais da contabilidade.

A proposta atual da FBC centrou-se na questão da formação profissional a exemplo do CM. O que difere, é que para os organismos internacionais, os conhecimentos gerais são requisitos básicos essenciais que podem ser obtidos antes ou durante o estudo da formação profissional. Já, a proposta nacional não trata especificamente desse assunto.

Por fim, entendemos que outros assuntos/disciplinas concernentes aos conhecimentos gerais precisam ser implementados nos currículos dos cursos de graduação em ciências contábeis para contemplar e discutir assuntos contemporâneos não considerados, tais como: diversidades políticas, ambientais, culturais e humanas (gênero, questões raciais e étnicas); valores sociais; comportamento humano; sociologia e solidariedade.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael Whitman. **Ideologia e currículo**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Editora Difel, 1989.

CAMPOS, L. C., LEMES, S. Análise comparativa entre o currículo mundial proposto pela ONU/UNCTAD/ISAR e as Universidades Federais da Região Sudeste. In: Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade, 3., João Pessoa/PB, 2011. **Anais**. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EnEPQ419.pdf>. Acesso: 10 de set. 2019.

CARNEIRO Juarez Domingues. (Coordenador) et. al. **Proposta nacional de conteúdo para o curso de graduação em ciências contábeis**. Brasília: Fundação Brasileira de Contabilidade, 2008.

CARNEIRO Juarez Domingues. (Coordenador) et. al. **Proposta nacional de conteúdo para o curso de graduação em ciências contábeis**. 2ª ed. rev. e atual. Brasília: Fundação Brasileira de Contabilidade, 2009.

CARNEIRO Juarez Domingues. (Coordenador) et. al. **Matriz curricular para Cursos de Ciências Contábeis**. Brasília: Fundação Brasileira de Contabilidade, 2017. 208 p.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). Relatórios estatísticos do Exame de

Suficiência. **Conselho Federal de Contabilidade**, março 2020. Disponível em: <https://cfc.org.br/registro/exame-de-suficiencia/relatorios-estatisticos-do-exame-de-suficiencia/>. Acesso em: 08 de mar. 2020.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE TOCANTINS. Exame de Suficiência: Resultados das provas. **Site do CRC-TO**, 2011. Disponível em: <http://www.crcto.org.br/noticia-1455928239-exame-de-suficiencia-resultados-das-provas>. Acesso em: 22 de maio 2016.

ERFURTH, A. E.; DOMINGUES, M. J. C. S. Currículo mundial e o ensino de contabilidade: estudo dos cursos de graduação em ciências contábeis em instituições de ensino superior brasileiras e argentinas. 2013. **ConTexto**, Porto Alegre, v. 13, n. 23, p. 47-60, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/ConTexto/article/view/30444/pdf> . Acesso: 31 maio 2019.

GERHARDT Tatiana Engel; SILVEIRA Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS. Série Educação a Distância. 120 p. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

IBRACON: **Convergência Contábil**. 2017. Disponível em: <http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/detNoticia.php?cod=5029>. Acesso: 15 jan. 2018

IFRS. 2020. Who uses IFRS Standards?. Disponível em <https://www.ifrs.org/use-around-the-world/use-of-ifrs-standards-by-jurisdiction/>. Acesso em: 26 de mar. 2020.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Entidades regulatórias: uma pausa para reflexão. **Gen.Negócios & Gestão**. 2017. Disponível em: <https://gennegociosegestao.com.br/entidades-regulatorias-reflexao/>. Acesso em: 31 de maio 2019.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eric Aversari. Estudando e pesquisando teoria: o futuro chegou? **Revista Universo Contábil**, [S.l.], v. 11, n. 1, p. 06-24, mar. 2015. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/4772/2951>. Acesso em: 31 de maio 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.4270/ruc.2015106-24>.

LAFFIN, Marcos. Graduação em Ciências Contábeis - a ênfase nas competências: contribuições ao debate. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, 23 (78). 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14507/epaa.v23.1844>. Acesso em: 12 de fev. 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados. **Site do e-MEC**, março 2020. Disponível em:<http://emec.mec.gov.br/>. Acesso: 8 março 2020.

OTT, E.; PIRES, B. C. Estrutura curricular do curso de ciências contábeis no Brasil versus estruturas curriculares propostas por organismos internacionais: uma análise comparativa. **Revista Universo Contábil, FURB**, v. 6, n.1, p. 28-45, jan./mar., 2010. Disponível em: www.furb.br/universocontabil. Acesso em: 07 de jan. 2018.

PACHECO, José Augusto. **Estudos curriculares: para a compreensão crítica da educação**. Porto: Porto Editora, 2005.

UNCTAD. **Intergovernmental working group of experts on international standards of accounting and reporting, twentieth session**. 2003. Geneva. Disponível em:

<https://unctad.org/en/pages/MeetingsArchive.aspx?meetingid=5992>. Acesso: 10 de set. 2019.

UNCTAD. United Nations Conference on Trade and Development. **Guideline for a global accounting curriculum and other qualification requirements**. TD/B/COM.2/ISAR/5. 1999a. Disponível em: <https://unctad.org/en/Docs/c2isard5.en.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2019.

UNCTAD. United Nations Conference on Trade and Development. **Model Accounting Curriculum (Revised)**. 2011. Disponível em: https://unctad.org/en/PublicationsLibrary/diaemisc2011d1_en.pdf. Acesso: 21 de jun 2019.